

Tópica de um Referendo

Dos argumentos na consulta popular sobre a IVG / aborto em Portugal (2007).
Breves relexões preliminares (texto enviado para a RIH em 11-02-07)

Pedro Ary Ferreira da Cunha

aryfcunha@gmail.com

0. Considerações Introdutórias

Pergunto-me se devo escrever este texto. A questão é tão delicada que me interrogo se vou conseguir mais que irritar uns e outros. Mas depois de ter visto tantos ovos, embriões, fetos, bebés, mulheres algemadas, encarceradas, tantos martelos caindo, ter ouvido tanta asneira, tanta confusão, tantos números contraditórios, tanto dogmatismo, tanta radicalização, tanta falácia, que de facto acho que se eu também disser asneiras, for confuso, apresentar números errados ou contraditórios, for dogmático, radical e falacioso não deverá ser por mais essa gota de água que o copo irá transbordar. Como disse, muito bem, Rui Ramos ontem no *Público*, poucas vezes houve em Portugal uma feira de enganos tão completa como a montada a propósito deste referendo sobre o aborto.

A verdade é que tudo tem sido enganador, a começar na pergunta; que não sendo “uma fraude”, exige uma leitura muito atenta, para que a campanha não ajudou nada, contribuindo somente para a confusão (confusão, alias, que não beneficia parte alguma). Campanha aliás que se destinou mais a inventar problemas que a discuti-los: uns porque exibiam imagens de fetos com meses de gestação, ou usando crianças como veículo de propaganda, distribuindo papéis em que embriões já batiam o coração, falavam e eram ameaçados com facas; outros porque se indignavam como se houvesse milhares de mulheres presas por terem feito abortos, uns porque não querem pagar “clínicas de morte”; outros porque pareciam fazer todos nós crer que as “coisas humanas” vêm no bico das cegonhas que as distribuem um pouco aleatoriamente por entre as mulheres mais jovens, pobres e desintegradas das instituições; uns indignavam-se como se se fosse tornar o aborto obrigatório, outros como se fosse este mais um domínio em que estávamos a perder o já mítico “combóio da Europa”.

Não há fé como a do recém-convertido, e nesta campanha também não faltaram os que exibiam como troféus os seus recém-convertidos. É curioso como, mais do que as nossas ideias, o que queremos exportar são as nossas certezas, mesmo que não sejam assim tantas. Assim, de um lado e de outro, todos se esforçaram por mostrar um país dividido, separado em dois campos inconciliáveis, o dos que tinham sede do sangue das mulheres e dos que tinham sede do sangue das crianças. Obviamente que lutar por esta visão é lutar por uma batalha perdida, porque mais do que o país, é cada indivíduo que está dividido.

Chegou-se, no entanto, a um dado curioso: quase toda a gente é contra a penalização das mulheres e quase toda a gente é contra o aborto.

Devia ter sido com base nestes pressupostos que o debate devia ter começado. Não devíamos ter partido do pressuposto que o outro é sádico, pois esse é o primeiro passo para não se chegar a conclusão alguma.

Mas não. Isso não podia acontecer. Era preciso haver sangue. Emoções fortes. Frases bombásticas. Era preciso esconder do público este consenso, até porque seria impossível manter a coerência a não ser que se quisesse “perder cheio de razão”.

Metade da poeira para os olhos, outra metade para debaixo do tapete e o “não” renuncia à despenalização e o “sim” apoia a liberalização. Era preciso vencer, mesmo à custa de uma má solução.

Por isso é que esta questão nunca deveria ter sido levada a referendo. Compreendo que, depois do referendo realizado em 1998, ninguém queira passar por cima de muitos milhões de votos, mas matérias delicadas levadas a referendo só dá em leis que espelham o processo que lhes deu origem: uma “pergunta de sim ou não”. É uma resposta redutora, até porque não estamos a aprovar uma lei, ou uma nova alínea nas exceções do Código Penal, estamos a votar um quadro legal para uma nova lei que deverá consagrar bem mais do que apenas *o direito de, por decisão da mulher, se levar a cabo a interrupção voluntária da gravidez até às 10 semanas num estabelecimento de saúde medicamente autorizado*.

Com tudo isto não quero dizer que todos os defensores do “sim” e do “não” não têm a mínima razão naquilo que dizem, e quero acreditar que foi mais o nosso jornalismo de faca e alguidar que deu relevo aos que acham que um aborto é o mesmo que um homicídio e aos que dizem que na sua barriga são elas que mandam.

Gostava, ainda assim, de deixar uns apontamentos sobre algumas questões que têm feito correr muita tinta:

1. Vida

Vida é quase tudo: o espermatozóide é vida, o óvulo também, bem como o ovo resultante da fecundação. A própria Constituição da República Portuguesa não diz que a vida é inviolável mas sim a “vida humana” (art. 24.º, n.º 1). Saber quando há vida humana é muito mais complicado do que saber quando há vida. Até porque a vida é um processo evolutivo contínuo e ninguém pode dizer numa aula de biologia “Ah! Viram meninos? Agora passou a haver vida humana”.

Mais fácil será dizermos que às 10 semanas (numa altura em que o embrião ainda não emite ondas cerebrais e portanto também nele não bate o coração, não reage a grandes estímulos do exterior, provavelmente também não sente dor, não é dotado de razão ou consciência da sua própria existência) não existe vida humana.

No entanto, ali está um conjunto de células que são mais que qualquer outro conjunto de células, sendo um ser completamente diferente das duas pessoas que o geraram e da mulher que o carrega no seu ventre. O que está ali aproxima-se de tal forma de um “quem”, por ter essa identidade própria, que penso que será mais correcto dizer que estamos perante “vida humana em potência”, perante uma promessa de vida humana.

Importa frisar bem isto: a mulher bem pode mandar “na sua barriga”, mas “aquilo” não é seu, tem um código genético diferente, pode ter um tipo sanguíneo diferente.

Devendo nós, assim, encarar essa *vida* com grande respeito.

Mas encarar com igual respeito não só a vida da mulher como todas as outras “vidas efectivas”, que serão afectadas pelo nascimento ou não de uma criança. Esta tem o direito de nascer, sem dúvida, mas também tem o direito de nascer desejada, numa família com disponibilidade material, física e emocional para ela.

O ideal seria, claro, que todas as crianças fossem acolhidas no seio de uma família com as posses, a maturidade, a disponibilidade para lhe oferecer as condições para uma vida plena. Mas é estranho ver que são quase sempre aqueles que consideram que o papel do Estado devia ser reduzido que agora criticam o Governo pela falta de apoio que este dá às mulheres, obrigando-as a abortar. E isso traz-nos até ao segundo ponto.

2. *Custos & Comp.ª Lda.*

A crua realidade é que custa muito menos ao Estado financiar um aborto (250 euros?) do que financiar o nascimento de uma criança (só nesse momento bem mais que 250 euros) e o seu desenvolvimento ulterior. Com isto não digo que ter crianças é mau para o Estado: um Estado sem cidadãos seria um absurdo, e ninguém quer um país de velhos; mas há famílias que não têm condições para ter uma criança, ou mais uma criança, e vai ter de ser o Estado a suportar esse peso (afinal tem toda a obrigação de o fazer).

A despenalização do aborto fica cara, mas mais caro saíram ao Estado os 10.396 internamentos derivados de abortos clandestinos em 1995, os 10.322 em 1996, os 10.407 em 1997, os 10.982 em 1998, os 10.536 em 1999, os 10.752 em 2000, os 9922 em 2001, os 11.089 em 2002, os 10.865 em 2003 ou 10.920 em 2004 ou os 10.511 em 2005; isto para não contar com os episódios de urgência que não levaram a internamento e com os casos que não foram registados como decorrentes da prática de aborto. Mas o mais “caro” nem são os internamentos: são os custos no bem-estar das famílias que tiveram as crianças, são os custos de viver na saúde psicológica e física da mulher que abortou clandestinamente, são os dias de trabalho que a economia nacional perdeu, são os despedimentos de mulheres por ficarem grávidas.

O CDS-PP (Centro Democrático Social – Partido Popular, o partido mais à direita no espectro parlamentar português) disse que 30 milhões é muito dinheiro. Pois eu não me importaria de dar os meus 3 euros todos os anos para poupar noutros “custos”.

3. *Imposição de uma perspectiva particular*

Muita gente do “sim” tem dito que uma das razões para votar “sim” é a capacidade que “sim” dá à mulher de escolher, que contrasta com a imposição que o “não” faz. Há algum fundo de verdade nisso, até porque continuará a haver gente que após a despenalização do aborto continuará, com grande coragem, a optar pelo caminho mais complicado e decidirá levar a gravidez até ao fim.

O Direito não serve para impor que as pessoas façam escolhas moralmente correctas (pessoalmente, acho que a Moral as obrigaria a ter a criança em qualquer situação, mas compreendo que tal seja muito discutível) mas sim para “ordenar” a vida em

sociedade para a Justiça, de forma a permitir a própria convivência social. Daqui se extrai um princípio fundamental: o Direito não pode pedir que sejamos heróis.

Qualquer lei sobre o aborto tem de ter isso presente e garantir a defesa dos direitos da criança em potência e da mãe: ao mesmo tempo que não lhes pede heroísmos.

A actual lei já toma isso em consideração (é preciso uma boa dose heroísmo para dar à luz uma criança nascida de uma violação e talvez uma ainda maior para criar uma criança portadora de malformações graves). No entanto, é chocante ver uma mãe abortar porque não queria ter um filho do sexo feminino, ou porque tal não lhe dava muito jeito naquela altura (profissionalmente, ou até esteticamente).

Estou certo de que estes são casos excepcionais e que regra geral o aborto não será usada como método contraceptivo ou como forma de escolher o sexo da criança, até porque esta não é uma prática psicológica ou fisicamente inócua para a mulher. Quando 75.7% das mulheres dizem, num estudo da Associação para o Planeamento da Família, que abortar foi uma decisão “muitíssimo difícil” ou “muito difícil”, é evidente que abortar nunca será “como mandar um SMS”. Pelo menos, se não houver uma grande mudança nos valores operada por futuras gerações.

Eu não vejo, apesar disso, nos movimentos “pela vida” ou nas posições dos clérigos nenhuma tentativa de impor uma perspectiva particular através da lei. A lei não é acéptica e espelha valores. E todos temos o direito de propor valores. Se propomos uma obrigação, não estamos a obrigar; estamos a propor. Se amanhã for proposto um referendo para reduzir a velocidade limite na auto-estrada para os 90 km/h, os defensores dessa proposta não estariam a obrigar ninguém a não viajar a 120km/h; da mesma forma que se a proposta fosse para aumentar esse limite para os 150km/h ninguém estaria a ser obrigado a conduzir a 150km/h. Por favor: “se quiserem ser ouvidos, ouçam!”

4. *Consciência da Mulher*

Pode ser injusto, pode não ser democrático, pode levantar grandes problemas e dar resultados dramáticos, mas a verdade é que se é a mulher a ter, em última instância, a responsabilidade sobre a criança, tem de ser ela a, também apenas em última instância, a ter o poder de decisão.

Obviamente que a mulher não deverá tomar esta decisão sozinha: ela deverá sempre ser devidamente acompanhada por uma equipa multidisciplinar, na qual, além dos psicólogos, das assistentes sociais, dos médicos, até seriam bem-vindos representantes da (eventual) confissão religiosa da mulher (desde que não fossem pagos pelo Estado) e que, à semelhança do que acontece na Islândia, acompanhassem obrigatoriamente a mulher durante o período de reflexão (que no Luxemburgo é de pelo menos uma semana) e depois da intervenção.

E o homem? Regra geral não acredito que a mulher queira tomar a decisão sozinha. Assim, o homem deverá ser naturalmente incluído por ela no seu processo de decisão. Haverá sempre casos em que isso não acontecerá, mas se é a mulher quem fica com a criança, se o homem não a aceita, também deverá ser ela a decidir tê-la ou não.

5. *Saúde Pública*

Este é um problema de Saúde Pública quando a Associação para o Planeamento da Família estima que ocorrem 18 mil abortos clandestinos por ano, quando há centenas de mulheres a ir a Badajoz todos os anos, funcionando como a forma de discriminação em função do rendimento, quando há milhares de internamentos e quando todos sabemos que não vão ser as acções de planeamento familiar ou as instituições de apoio a mães solteiras que vão resolver o problema. Como não será a despenalização do aborto.

O aborto é um problema, ser clandestino e ter consequências para a saúde da mulher apenas o agrava.

6. *Derrota do “Não”*

O “Não” não saiu derrotado dos últimos nove anos, porque ninguém pode exigir resultados a um movimento que não controlava a aplicação das medidas que preconizava. Da mesma forma, se o “sim” ganhar, mas não forem seguidas as recomendações dos respectivos movimentos, ninguém poderá dizer que o “sim” foi derrotado.

7. *Despenalização*

Despenalização, na prática, é o que já existe, em Portugal, para algumas mulheres, que nunca são perseguidas, nunca são julgadas e nunca são presas. É esse o resultado de uma lei hipócrita e uma lei que não é cumprida. Mas não é menos injusta à custa disso.

Advogar despenalização apenas para a mulher que aborta, faz com que o aborto pareça uma qualquer droga. Os defensores desta hipótese caem num paradoxo fantástico: têm muita pena da mulher que é obrigada a fazer o aborto para acabar com o seu sofrimento, mas perseguem quem, quantas vezes ao contrário deles, faz alguma coisa mais do que ter pena da mulher.

8. *Valores Absolutos*

Todos os valores são absolutos muito relativos. Quando se mata em legítima defesa, a vida não é um valor absoluto; quando se pode pedir a um militar que morra pela pátria, a vida não é um valor absoluto; assim como quando a vida da mãe se confronta com a vida do filho, quando a do filho se confronta com a da mãe; quando se podem desligar as máquinas a doentes que dependem delas para viver; quando se podem recusar transfusões de sangue; quando se pode recusar a reanimação; quando ninguém é perseguido por se tentar suicidar, quando a Igreja ergue altares aos seus mártires, a vida não é um valor absoluto.

9. *Aborto clandestino*

Claro que o aborto clandestino não vai acabar, em qualquer caso. Haverá sempre quem não queira que fique no registo clínico, quem ache que é uma vergonha tão grande que prefira fazer tudo às escondidas de todos, haverá algumas mulheres que se vão decidir só depois das 10 semanas, etc. Mas a experiência de outros países mostra que o aborto clandestino diminui consideravelmente, e em Portugal, segundo estimativas da Associação

para o Planeamento da Família, 72.7% dos abortos foram realizados até às 10 semanas, enquanto apenas 1% se realizou depois das 17.

Espanta-me como tantos defensores do “não” se escandalizam mais com os números residuais de aborto no caso de haver despenalização, do que com, essas sim, “cifras negras” do aborto clandestino.

10. *Considerações Finais*

No dia 11 de Fevereiro, a sociedade portuguesa, através dos seus cidadãos eleitores, tem uma escolha particularmente difícil em mãos. Todos os argumentos aqui vertidos e muitos, muitos mais, têm de se encontrar com uma pergunta, e dizer que “sim” ou que “não”.

E essa resposta vai ter influência directa na política nacional e na vida de muitas centenas de milhares de mulheres que nos próximos anos vão ou não poder escolher e na vida de muitas centenas de embriões que se vão tornar ou não bebés, crianças, homens e mulheres.

Não percebo como alguém pode ter tantas certezas. Para mim, é a loucura da escolha a um dos seus cumes mais agudos.

Mas é o que as sociedades fazem: escolhem. Quando forças entram em conflito fazem escolhas e traçam limites, cientes que o pluralismo extremo se autodestrói.

O que escolher quando me pedem para optar entre uma lei que eu conheço e que acho injusta e outra que não conheço e que se adivinha injusta?

Que mal fez a criança em qualquer situação? Que mal fez a mãe em algumas situações?

Pede-me para escolher entre o ovo e a galinha? Como?!

Eu vou votar “não”, por uma razão que é muito pequena, muito mesquinha, muito frágil, no meio de tantos argumentos válidos de um lado e de outro: é mais fácil mudar a lei do que fazer recuar direitos adquiridos.

Isto pode soar algo assim: Se quero dar a mão e me pedem o braço, eu não dou nada, mas custa-me saber que vai de certeza haver casos em que os fetos terão perdido a oportunidade de viverem em vão. Ninguém vai beneficiar com a sua morte: a pátria não vai ser salva, ninguém vai sobreviver graças a eles, ninguém evita o inferno neste ou no outro mundo, não ... terão morrido simplesmente por causa de capricho.